TC – 032.080/2011-5

Tipo: Tomada de Contas Especial

Entidade: Município de Araguañã/MA

Responsáveis: José Uilson Silva Brito (ex-Prefeito, CPF 178.380.023-20); Geilson Pereira Brito (CPF 854.729.923-15); Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72); Edson Sousa da Silva (CPF 037.683.273-88); Markele Braga Brito (CPF 007.647.063-65); Nélio Sérgio Mendes Ferreira (CPF 921.963.903-30); Francisco das Chagas Silva Neto (CNPJ 03.127.969/0001-16); C. Alberto Cruz – ME (CNPJ 03.864.420/0001-04); O.S. Castro – ME (CNPJ 04.690.173-0001-30); André C. D. Azevedo Comércio – ME (07.314.196/0001-38); J. D. Petri Sanches (CNPJ 07.246.649/0001-36); D.N. Rodrigues Furtado – ME (CNPJ 02.154.403/0001-10) A.J. de A. Borges – ME (CNPJ 05.763.663/0001-81); J. Jonas P. Souza e Cia Ltda. (CNPJ; 63.569.172/0001-09); J. R. Construções Ltda. – ME (CNPJ 02.400.996/0001-58); D O Amaral – ME (CNPJ 05.083.341/0001-91); Mara J M Ribeiro Comércio – ME (CNPJ 04.993,707/000105); M de Jesus Ribeiro – ME (CNPJ 05.533.367/0001-94); Construtora Aciole Ltda. (CNPJ 07.048.368/0001-79); José Wilson Dutra dos Santos – ME (05.028.021/0001-39); N W S Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.501.346/0001-12).

Advogado constituído nos autos: Fábio Maurício Zeni (OAB/SP 264.914), Gerson Veras de Siqueira Mendes (OAB/MA 3.494) e Ulisses Barros Xavier (OAB/MA 7.357).

Dados do Acórdão Condenatório (peça nº 224)

Número/Ano: 676/2015

Colegiado: Plenário

Data da Sessão: 1/4/2015

Ata nº: 11/2015.

CHECK-LIST DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

Itens a serem verificados no Acórdão:	Sim	Não	Não se aplica
1. Está(ão) correta(s) a(s) grafia do(s) nome(s) do(s) responsável(eis)?	X		
2. Está(ão) correto(s) o(s) número(s) do(s) CPF(s)/CNPJ(s) do(s) responsável(eis)? (ver extrato do CPF/CNPJ nos autos)	X		
3. Está(ão) correto(s) o(s) valor(es) e a(s) data(s) do(s) débito(s)?	X		
4. Está explícita no acórdão a solidariedade dos débitos? (se for o caso)	X		
5. Está correta a identificação da de liberação recorrida? (em caso de acórdão recursal)			X
6. Estão corretamente identificados no Acórdão os cofres para recolhimento do(s) débito(s)?	X		
7. A(s) multa(s) será(ão) recolhida(s) aos cofres do Tesouro Nacional?	X		
8. Há autorização expressa para a cobrança judicial da dívida?	X		

9. Há coincidência entre os valores de débito/multa imputados no voto do Relator e os valores que constam no acórdão prolatado?			X
10. Há algum outro erro material que justifique apostilamento?		X	
11. Há necessidade de autuação de processo de Monitoramento?		X	
12. Há alguma medida processual (ex.: arresto de bens) a ser tomada?		X	
13. Há Representante(s) Legal(is) no processo?	X		
13.1. O(s) Representante(s) Legal(is) está(ão) corretamente cadastrado(s) no processo?	X		
13.2. Há cópia(s) da(s) carteira(s) da OAB do(s) Representante(s) Legal(is) corretamente cadastrada(s) no processo? Em relação aos advogados Fábio Maurício Zeni e Ulisses Barros Xavier, suas procurações (peças 71 e 216) vieram desacompanhadas de cópia da carteira da OAB.		X	
13.3. Em caso de resposta negativa à pergunta anterior, consta cópia do comprovante de inscrição na OAB extraído do cadastro nacional (v. site http://www.oab.org.br/)	X		

INSTRUÇÃO DE VERIFICAÇÃO DE EXATIDÃO MATERIAL EM ACÓRDÃO

1. Atesto, quanto aos itens acima indicados, que, conferidos os termos do Acórdão em epígrafe, não FOI identificado erro material.

2. Dessa forma, submeto o processo à consideração superior, propondo, em face da subdelegação de competência inserta no inciso II e V art. 2º- Portaria – Secex-MA n. 2 de 29/1/2014 o encaminhamento dos autos ao Serviço de Administração desta Secretaria, para as providências cabíveis, indicadas no Acórdão 676/2015 – TCU – Plenário, quais sejam:

a) Notificar o responsável, Sr. José Uilson Silva Brito (ex-Prefeito, CPF 178.380.023-20), de acordo com os itens 9.3, 9.3.1, 9.4 e 9.5 do acórdão em epígrafe;

b) Notificar os responsáveis solidários, Sr. José Uilson Silva Brito (ex-Prefeito, CPF 178.380.023-20), empresa Francisco das Chagas Silva Neto (CNPJ 03.127.969/0001-16), empresa C. Alberto Cruz (CNPJ 03.864.420/0001-04) e empresa André C. D. Azevedo Comércio – ME (CNPJ 07.314.196/0001-38) de acordo com os itens 9.3.2, 9.3.3 e 9.3.4 do acórdão em epígrafe;

c) Comunicar os responsáveis, empresas A.J. de A. Borges – ME (CNPJ 05.763.663/0001-81); D.N. Rodrigues Furtado – ME (CNPJ 02.154.403/0001-10); J. D. Petri Sanches (CNPJ 07.246.649/0001-36); Mara J M Ribeiro Comércio – ME (CNPJ 04.993,707/0001-05); M de Jesus Ribeiro – ME (CNPJ 05.533.367/0001-94); Construtora Aciole Ltda. (CNPJ 07.048.368/0001-79); D O Amaral – ME (CNPJ 05.083.341/0001-91); N W S Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 07.501.346/0001-12); José Wilson Dutra dos Santos – ME (CNPJ 05.028.021/0001-39); J. R. Construções Ltda. – ME (CNPJ 02.400.996/0001-58) e O.S. Castro – ME (CNPJ 04.690.173-0001-30), da decisão acordada, conforme o item 9.2 do acórdão em epígrafe. Informo, que as responsáveis empresas J. D. Petri Sanches, D.N. Rodrigues Furtado – ME e Mara J M Ribeiro Comércio – ME, constituíram representantes legais, advogados (ver peças 79, 81, 184, 204 e 216).

d) Notificar a empresa Francisco das Chagas Silva Neto (CNPJ 03.127.969/0001-16), empresa C. Alberto Cruz (CNPJ 03.864.420/0001-04) e empresa André C. D. Azevedo Comércio – ME (CNPJ 07.314.196/0001-38), de acordo com o item 9.4 do acórdão em epígrafe.

e) Notificar os responsáveis, Srs. Geilson Pereira Brito (CPF 854.729.923-15); Edson Vando Carneiro Pereira (CPF 695.261.411-72); Edson Sousa da Silva (CPF 037.683.273-88); Markele Braga Brito (CPF 007.647.063-65) e Nélio Sérgio Mendes Ferreira (CPF 921.963.903-30), de acordo com o item 9.5 do acórdão em epígrafe

f) **Somente após o trânsito em julgado do Acórdão e caso não haja recurso**, comunique à Secretaria Federal de Controle Interno e à Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos do §3º do art. 270 do RI/TCU, que foi aplicada ao Sr. José Uilson Silva Brito(CPF 178.380.023-20) a sanção de **inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal**, prevista no art. 60 da Lei 8.443/1992, bem como providencie o envio de e-mail ao SCBEX/ADGECEX informando a data do trânsito em julgado de cada responsável declarado “inabilitado”, para a alimentação do “Cadastro de Inabilitados para o exercício de cargo ou função pública”, nos termos do MMC-Adsup 1/2011.

g) **Somente após o trânsito em julgado do Acórdão e caso não haja recurso**, comunique à Secretaria Federal de Controle Interno e à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que foi aplicada às empresas André C. D. Azevedo Comércio – ME (CNPJ 07.314.196/0001-38) e J. Jonas Souza e Cia Ltda. (CNPJ 63.569.172/0001-09) a sanção de **inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na administração pública federal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8443/1992**, bem como providencie o envio de e-mail ao SCBEX/ADGECEX informando a data do trânsito em julgado de cada empresa declarada “inidônea”, para a alimentação do “Cadastro de Inidôneos para Licitar”, nos termos do MMC-Adsup 1/2011.

h) Remeter cópia do acórdão, relatório e voto à Procuradoria da República no Estado do Maranhão nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92, para as providências que entender cabíveis.

Secex/MA, em 23 de abril de 2015

(Assinado eletronicamente)

Rosa Maria Barros de Miranda
AUFC Mat. 737-4.